

Comissão de Economia, Obras Públicas,
Planeamento e Habitação

Registo E_COM6XV/2023/75
Data 04/04/2023

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Economia,
Obras Públicas, Planeamento e Habitação~

Deputado Afonso Oliveira

Assunto: Requerimento para audições urgentes do Diretor-geral da EasyJet Portugal, José Lopes e do Presidente do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC), Ricardo Filipe Canas Penarroias, da Inspetora-geral da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), Maria Fernanda Ferreira Campos, do Secretário de Estado das Infraestruturas, Frederico Francisco e do Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, Nuno Fazenda.

Ex.^{mo} Sr. Presidente,

A companhia aérea low cost inglesa EasyJet surgiu em 1995, sendo que voa atualmente para mais de 150 destinos, com uma frota de 225 aviões, começando a operar em Portugal em julho de 1998, através de 90 rotas, tendo transportado aproximadamente 70 milhões de passageiros a partir e para Portugal.

Para isso, a EasyJet possui 19 aeronaves com base em Lisboa e Porto, sendo que em junho de 2022, a easyJet ficou em primeiro lugar no concurso para a atribuição de 18 slots da TAP no aeroporto de Lisboa, que corresponde a um dos compromissos assumidos junto da CE, que viabilizou a atribuição dos 3,2 mil milhões de euros por parte do Estado português à TAP.

Para além de já realizarem voos para o Funchal e Porto Santo, foi anunciado pela companhia em março deste ano, que voltou a abrir a sua base de Faro, sendo que pretende realizar 21 rotas no verão deste ano, com um aumento em 15% da sua capacidade relativamente a 2022, ou seja, o correspondente a 2,1 milhões de lugares.

Sobre esta reabertura o Diretor-geral da EasyJet em Portugal, afirmou que *“estamos muito ansiosos para reiniciar a temporada e estar de volta aos céus do Algarve”*, explicitando ainda que *“Este investimento da EasyJet originou mais de 130 contratos diretos, aumentando a empregabilidade local”*.

A EasyJet conta atualmente com cerca de 750 colaboradores, dos quais 534 são tripulantes, vinculados à empresa através do que apelidam de “contratos locais”, situação que está a causar grande contestação, mormente pelos tripulantes da EasyJet que pretendem usufruir de condições idênticas aos colegas europeus.

Neste sentido, tendo em conta que foi em 2019 aumentados pela última vez, reivindicam um aumento salarial para 2023 acima dos 10%, para além da anulação de outras diferenças relativamente às congéneres operações europeias, estando em causa o Acordo de Empresa que irá reger as condições de trabalho para os próximos anos dos funcionários da EasyJet.

Entretanto a situação agudizou-se, coma direção portuguesa da EasyJet a considerar a proposta apresentada pelo SNPVAC, como *“uma proposta desfasada da realidade social e económica vivida na empresa e no nosso país”*.

Esta afirmação colide com o explicitado pelo sindicato, que invoca falta de condições salariais e laborais na empresa, como referido por um elemento do SNPVAC *“O que os tripulantes portugueses mais sentem é que são discriminados em relação aos colegas no resto da rede. Estamos a falar de diferenças salariais entre 80% a 90%. Neste momento, os trabalhadores portugueses são os que podem voar mais e descansar menos e são os que recebem menos. As diferenças são gigantes. Reivindicamos condições de trabalho a nível de descanso, de proteção de escalas que não temos, ao contrário dos outros colegas da rede e dos pilotos”*.

A consequência deste impasse foi a efetivação de uma greve entre 1 e 3 de abril, tendo os tripulantes de cabina da easyJet assegurado a realização de 52 voos, no cumprimento de despacho do Ministério das Infraestruturas.

Sobre esta greve, sublinhe-se que a adesão foi total, apenas com a realização dos voos referentes aos serviços mínimos, sendo que a empresa já tinha cancelado 78 voos nos três dias de greve, das bases de Lisboa, Porto e Faro, correspondendo a aproximadamente 30% dos voos programados.

Perante esta paralisação foram obviamente afetados milhares de passageiros, na obstante a direção da EasyJet ter indicado “*estar a fazer tudo para minimizar o impacto da ação*”, através do antecipado cancelamento de voos, assim como da possibilidade facultada aos clientes de alterarem viagens gratuitamente ou de obterem os inerentes reembolsos.

É inequívoco, que se se trata de um assunto que relevância pública, sendo indiscutivelmente importante pugnar pela normalização e consolidação dos serviços de transporte aéreo, que têm um papel relevante para a economia nacional.

Em paralelo, é fundamental garantir condições condignas em relação às condições de trabalho e salariais dos funcionários inerentes a este setor, como é a presente situação com os tripulantes da EasyJet.

Sendo importante que se considere a equiparação face aos colegas europeus (não só salarial, mas também no que concerne a tempos e condições de trabalho), havendo atualmente situações de necessidade de se conciliar a profissão de *cabin crew* com outros trabalhos complementares, mormente a trabalhar na restauração, a fazer promoções em supermercados e até a recorrer a part-times nos serviços do TVDE.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer audição em comissão do Secretário de Estado das Infraestruturas, do Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços e da Inspetora-geral da Autoridade para as Condições do Trabalho.

Assim como também solicita a audição do Diretor-geral da EasyJet Portugal e do Presidente do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil.

Palácio de S. Bento, 03 de abril de 2023

O Deputado do GPCH,

Filipe Melo